

Fazer render o belo - questões à volta do turismo e do desenvolvimento em zonas rurais recuadas¹

Luís Manuel Antunes Capucha

Resumo: Se a pobreza é um resultado dos processos de desenvolvimento, nas zonas rurais recuadas está fortemente ligada ao respectivo sub-desenvolvimento. As tendências actuais de transformação dos lares e da procura turística e de valorização do património e da qualidade ambiental, podem constituir uma oportunidade para o desenvolvimento das regiões rurais mais desfavorecidas que puderam ser relativamente preservadas do ponto de vista ecológico, jogando o turismo rural um papel importante nesse domínio. Colocando-se numa perspectiva de instrumentalização das teorias não para as debater e problematizar ou para conduzir uma pesquisa empírica de tipo clássico, este artigo sistematiza um conjunto de contributos conceptuais que foram utilizados como orientações de uma rede europeia de turismo rural que visa, precisamente, o combate à exclusão social.

Palavras-chave: Turismo rural; Desenvolvimento; Pobreza.

A muitas regiões que o desenvolvimento nas sociedades modernas marginalizou, pouco mais foi deixado do que a sua beleza, a sua tradição, a sua tranquilidade, a sua diferença; isto é, a qualidade de vida nelas ainda é possível. Esses não são bens inesgotáveis, como mostram aquelas às quais até isso foi tirado.

Como podem tais regiões aproveitar os poucos recursos - embora alguns deles cada vez mais valorizados e raros - que ainda possuem em benefício das suas populações? Por outro lado, num mundo cada vez mais global e segmentado, é só a essas populações que compete garantir que os atributos dessas regiões sejam respeitados? Quem mais deve ser responsabilizado? Numa palavra, como promover o desenvolvimento das regiões rurais periféricas e que papel pode esse desenvolvimento desempenhar no conjunto dos problemas que hoje enfrentam as sociedades modernas?

Estas questões configuram um quadro problemático muito complexo. Os debates a este respeito, com *nuances* de moda e diferenças de prioridade, ir-se-ão por certo prolongar. Mas provavelmente as respostas irão sendo parcelares e limitadas. Espera-se que, apesar disso, sejam capazes (ou vão a tempo) de influenciar o curso dos acontecimentos.

Uma das respostas em que mais se tem insistido para casar o desenvolvimento com as regiões rurais tem sido a da promoção do turismo nessas regiões. O presente artigo assenta, aliás, na experiência de uma rede europeia de projectos locais (integrados no pobreza 3) que cruzava a problemática do turismo em zonas rurais com o desenvolvimento e o combate à exclusão social.

Tratava-se, então, de determinar as formas como o sub-desenvolvimento de regiões rurais recuadas na Europa produz exclusão social e pobreza, no sentido de avaliar as condições em que o turismo rural pode desempenhar um papel relevante no desenvolvimento e, assim, no combate à pobreza. Os pressupostos e as orientações dessa experiência constituem o objecto deste artigo.

1. Factores de competitividade e diferenciação do espaço rural

Uma das características principais do mundo moderno, nascido com as revoluções dos séculos XVIII e XIX, consiste na expansão das cidades². Um dos traços mais marcantes das tendências evolutivas das sociedades modernas é, precisamente, o crescimento contínuo das zonas e das populações urbanas.

As dimensões deste fenómeno não são exclusivamente espaciais. Não se trata apenas do facto de cada vez mais pessoas abandonarem - por sua vontade, por terem sido forçadas ou, mais geralmente, para procurar condições de vida dignas - os espaços rurais para passarem a habitar nas cidades.

Na verdade, ele tem implicações a todos os níveis da vida das pessoas. Elas são, desde logo, económicas. O moderno urbanismo é indissociável do industrialismo e do crescimento de todos os tipos de serviços que actualmente marcam o desenvolvimento das sociedades. Ao mesmo tempo, é indissociável da transformação radical das actividades agrícolas, através do declínio da agricultura tradicional e camponesa e da ascensão da produção racionalizada para o mercado³.

Depois, associado ao crescimento das cidades, à industrialização, à localização dos serviços e à chamada modernização da agricultura, está o fenómeno da concentração dos equipamentos sociais e culturais, bem como dos investimentos económicos e sociais. Os próprios valores e

modelos de vida tendem, cada vez mais, a ser produzidos nas cidades, donde são exportados para as zonas rurais⁴.

A diminuição do peso demográfico e económico das regiões rurais tem repercussões directas e imediatas na drástica diminuição do seu peso político eleitoral, o que por sua vez tende a reforçar a respectiva subalternização.

As próprias políticas de desenvolvimento, durante muito tempo assentes na crença das potencialidades dos “pólos difusores”, geraram mais efeitos de concentração de meios nos pólos do que efeitos de difusão⁵.

Acumulação flexível, super-lucros, relações locais/regionais entre capital e trabalho, transferência de valores entre as regiões, são alguns dos ingredientes com que se coze a questão do desenvolvimento/subdesenvolvimento. Esses ingredientes estão na origem da reestruturação dos sistemas económicos, que decorre a ritmos acelerados, e que provoca a exclusão dos menos bem colocados ou dotados⁶.

Os processos de reorganização económica, incluindo o aumento da mobilidade de capital e da concorrência a nível internacional, o crescente uso das novas tecnologias e o papel central desempenhado pelo conhecimento e pela informação, o desemprego, a dualização dos mercados de trabalho e o aumento da mobilidade da mão-de-obra, a reestruturação industrial - com fusões e concentrações de *holdings* - o desenvolvimento do sector terciário, a monetarização das economias, eis alguns dos temas que fazem a agenda daquela reestruturação⁷.

Ela tem, naturalmente, uma dimensão rural, que passa sobretudo pela reorganização do sector agrícola no sentido da concentração e racionalização das explorações, de que a Política Agrícola Comum constitui um bom exemplo. Esse exemplo revela ainda actuais funções do sector agrícola, transformado em indústria de base das “cadeias alimentares”. Essa transformação passa pela mecanização da agricultura, pela especialização em mono-produtos para o mercado e pela “*chemicalisation*”, que tornam os espaços rurais economicamente integrados tão dependentes de alimentos como a cidade (que aliás transforma/prodiz esses alimentos). Por outro lado, passa pela destruição das explorações menos competitivas e a continuação de êxodos do campo para as cidades, onde isso ainda é possível, e a subalternização de largos espaços rurais⁸.

Assim, os problemas das regiões rurais não se confinam às vertentes “internas”⁹. Eles têm de ser referenciados aos contextos económico-sociais mais globais e aos respectivos sistemas de relações. Geralmente, esses contextos traduzem-se no facto de as comunidades locais tenderem a perder controlo sobre as suas economias. O processo de reestruturação

consiste no declínio da sociedade camponesa, e com ela de uma velha relação entre sociedade, trabalho, cultura, natureza e ecologia¹⁰.

Num trabalho recente a OCDE estabelece uma tipologia de zonas rurais assente em critérios basicamente económicos (integração nas economias regional e global), mas contendo igualmente componentes geográficas (acessibilidades), sociais, culturais e políticas¹¹. Segundo tal tipologia, as regiões rurais distinguem-se em “integradas”, “intermédias” e “recuadas”. É destas últimas que aqui falamos.

Elas são, geralmente, zonas desertificadas e em envelhecimento ainda mais rápido do que a média nos países europeus¹². A população activa que resta é relativamente pouco formada e qualificada. Esses factores reforçam tendências para tornar rara a predisposição para a inovação e o investimento. As colectividades locais estão muitas vezes acomodadas e passivas.

As condições naturais são ambivalentes. Por um lado, as acessibilidades normalmente difíceis, fracos níveis de fertilidade dos solos e a pobreza dos solos, bem como climas por vezes agrestes, estão na origem das desvantagens de tais regiões. Por outro lado, à medida que crescem os problemas ambientais, se elas tiverem sido um pouco mais preservadas e poupadas a alguns efeitos nocivos das estratégias mais comuns de crescimento, vão aumentando as suas vantagens comparativas.

De todos os modos, o tecido produtivo apresenta claras desvantagens económicas, dada a predominância da agricultura de subsistência ou tradicional/extensiva, atrasada e pouco competitiva no mercado. Tal agricultura apenas sobrevive em explorações que cada vez mais cedem aos terrenos incultos, com o contributo da extensão dos mecanismos de protecção social, os quais sustentam estratégias de plurirendimento que podem também socorrer-se da emigração ou do recurso a duplas actividades, onde tal se torne possível.

Nos casos em que existem especializações produtivas noutras actividades para além da agricultura, elas são, de forma geral, mais facilmente atingidas pelas crises, dadas as maiores dificuldades de reconversão de tecidos produtivos e de mão-de-obra, em função de menores economias de escala. Podem então sobrevir crises de desemprego acentuadas, em contextos onde as oportunidades de trabalho são escassas.

Para além disso, as infraestruturas apresentam carências, tanto no plano das condições de vida das pessoas (condições de habitabilidade, saneamento, sistemas de saúde e ensino, equipamentos de lazer, cultura e desporto e de protecção social), como no plano dos factores de apoio à produção (meios de transporte, comunicações, acessibilidades, sistemas de financiamento do investimento, meios para a formação profissional). Por estes motivos os produtos das regiões rurais desfavorecidas

tendem a ser menos valorizados e a apresentar desvantagens competitivas.

As zonas rurais “recuadas” revelam por estas razões, certas dificuldades em continuar a preencher algumas das funções externas que, tradicionalmente, lhes têm competido, a saber: de reserva de força de trabalho para alimentar outros sectores produtivos, de fornecimento de bens alimentares e de componente, com contributos a montante e a jusante da actividade agrícola, do processo de acumulação¹³.

Na realidade, os jovens são cada vez menos e embora os que restam continuem frequentemente a preparar processos migratórios, a função de fornecimento de mão-de-obra esvazia-se progressivamente. Pelo contrário, algumas regiões rurais começam a receber (re)fluxos de ex-emigrantes que regressam para gozarem a reforma e que, por isso, não acrescentam dinamismo significativo aos locais onde se fixam.

A compressão económica e demográfica tem também consequências ao nível da capacidade de influenciar e pressionar os poderes (financeiro, político, económico, cultural, etc.).

A função económica tornou-se diminuta e a produtividade reduzida. A agricultura nestas regiões quase não produz excedentes¹⁴, ou gera-os em quantidades insuficientes e raramente se liga a indústrias agro-alimentares ou a redes de comercialização importantes. Outras produções extractivas ou industriais locais tendem a ser pouco valorizadas ou mesmo desactivadas. As actividades terciárias estão quase sempre restringidas a extensões de serviços e empresas públicas com sede externa. As regiões rurais deprimidas geram muito menos impostos do que recebem em contribuições e prestações sociais.

Em contrapartida o mundo rural reforçou a sua função de reserva de espaço físico, já não para novas localizações industriais, mas na perspectiva da constituição de uma reserva ecológica, patrimonial e cultural. Este é, talvez, o único recurso que ainda possuem em relativa abundância¹⁵.

No conjunto, a situação aqui resumida produz fortes contrastes de desenvolvimento e tende a contribuir fortemente para a fragilização da coesão social.

Na verdade, as regiões rurais “recuadas” tendem a concentrar múltiplos factores de fragilização das condições de vida das suas populações. Oferecem poucos recursos aos residentes, certamente abaixo dos padrões e oportunidades de vida que se tornaram comuns, e a pobreza, que aí é tradicional, mantém-se extensa. Essas regiões não acompanharam os ritmos de desenvolvimento das zonas mais integradas.

Por outro lado, as suas vulnerabilidades e debilidades - nomeadamente ao nível das capacidades e oportunidades de adaptação e reconversão

- tornam mais marcantes os efeitos das crises de emprego, de transformação e modernização dos tecidos produtivos e da perda de competitividade dos produtos tradicionais, que geralmente se segue aos períodos em que eles foram sobre-explorados com benefício para outras regiões¹⁶. Geram-se assim, com frequência, mecanismos de exclusão social que tendem a intensificar situações de pobreza e a torná-las semelhantes às que se verificam, por exemplo, em zonas industriais em declínio¹⁷. No entanto, o conjunto das oportunidades que estas oferecem são, apesar de tudo, mais variadas, o que ainda distingue a pobreza rural da que se verifica nas zonas urbanas.

Quer quando ela se associa a processos de longa duração e assume o carácter tradicional, quer quando assume a forma mais comum em períodos de crise, o combate à exclusão social exige o desenvolvimento de uma estratégia de desenvolvimento assente na potenciação dos recursos da ruralidade, tanto no sentido de encontrar alternativas a actividades em crise, como no de provocar o arranque de processos tendentes a elevar as condições e os níveis de vida das pessoas e de integrar essas regiões aproximando-as dos padrões mais comuns de desenvolvimento¹⁸.

A correcção das desvantagens e das tendências negativas nas dinâmicas das regiões rurais deprimidas implica, assim, uma estratégia de desenvolvimento territorializada e globalizante que permita a modernização - muitas vezes querendo isso dizer requalificação - do mundo rural, de forma a dotá-lo de condições de sobrevivência na pluralidade das identidades que comporta e potenciando a manutenção de equilíbrios nas relações entre o homem e a natureza¹⁹.

Tal desiderato implica a compensação, pelo Estado, dos efeitos da concentração de recursos e apoios nas regiões urbano-industriais através do investimento em infraestruturas básicas, novas acessibilidades, protecção social e estruturas de apoio à produção e à qualificação. Na verdade, o facto de se privilegiarem as comunidades locais como principais protagonistas do desenvolvimento num determinado território, não implica a desobrigação por parte do Estado²⁰. O desenvolvimento é uma tarefa colectiva que não pode ser deixada ao livre jogo das forças do mercado, embora também integre a respectiva expansão, nomeadamente pela promoção da igualdade de oportunidades.

Implica ainda a procura de iniciativas inovadoras no plano das actividades económicas e da exploração dos recursos, como, por exemplo, a produção agrícola de qualidade e tipicismo²¹ ou o turismo nas suas diversas modalidades em espaço rural. Implica por fim a promoção de novos e mais activos protagonismos locais, nomeadamente através da promoção de sistemas de parcerias mais operativas²².

Por outro lado, a estratégia de desenvolvimento das regiões rurais deprimidas ou em crise implica políticas de conciliação da eficácia económica com políticas de protecção social e de promoção da igualdade de oportunidades e de justiça redistributiva.

Por fim, tal estratégia não pode deixar de dedicar grande atenção à integração das zonas rurais em contextos mais vastos, bem como o desenvolvimento de redes e de laços relacionais fortes, de forma a procurar posições mais vantajosas no exercício de influência nos centros de poder.

Essa integração é um primeiro aspecto das finalidades principais do desenvolvimento das regiões rurais “recuadas”. Trata-se, de facto, de corrigir desigualdades geradoras de rupturas nos sistemas sociais. Naturalmente, o outro aspecto consiste na correcção das desigualdades no interior daquelas regiões. De facto, a implementação de mecanismos de integração e promoção dos grupos mais desfavorecidos, que devem ser os principais beneficiados, embora por vezes de forma mediatizada, constitui o objectivo último das dinâmicas do desenvolvimento rural²³.

2. Recursos e potencialidades para o desenvolvimento (identidade, agricultura, qualidade ambiental e turismo rural)

Vale a pena relembrar uma das principais críticas que se tem feito aos modelos de crescimento característicos das sociedades industrializadas, consumistas e modernas do pós-guerra: a sua natureza anti-ecológica²⁴. Não cabe aqui abordar especificamente essa matéria. Se a referimos é porque, precisamente, esses modelos parecem ter-se esgotado e entrado em crise. Uma das razões é, precisamente, o problema ambiental.

A crise daqueles modelos de crescimento gerou o franco desenvolvimento de políticas públicas de ambiente. Os problemas ambientais vieram, por outro lado, provocar de alguma forma a reconsideração de antigos critérios de valorização das vantagens de cada região. Naturalmente, as regiões excluídas das principais dinâmicas socio-económicas foram, muitas vezes, sugadas e destruídas como fornecedoras de matéria prima ou alimentar. No entanto, muitas vezes, nem isso possuíam em condições favoráveis de mercado e foram, nesses casos, poupadas a alguns dos principais malefícios ecológicos do industrialismo e do consumismo²⁵.

As regiões com um ambiente de qualidade têm cada vez maiores vantagens comparativas. O pleno aproveitamento dessas vantagens depende, porém, da relação que se conseguir estabelecer entre desenvolvi-

mento económico e social e respeito pela natureza e pela cultura, relação essa a que se tem dado o nome de “desenvolvimento duradouro”.

Tal desenvolvimento exige uma estratégia centrada em três eixos fundamentais²⁶:

- um eixo territorial, que obriga a partir de territórios bem definidos, cujas especificidades orientarão as escolhas estratégicas operadas por actores locais e regionais dotados de mecanismos de apoio aos projectos de desenvolvimento, de cooperação e de regulação dos interesses locais, bem como de mediação com o exterior;
- a procura de soluções para a renovação e animação dos tecidos económicos com base em actividades económicas respeitadoras do ambiente, tais como as que utilizem tecnologias não poluentes, produzam produtos naturais e, tanto quanto possível, de origem local;
- a criação de estruturas de formação e qualificação para o desenvolvimento e o ambiente e o desenvolvimento de sistemas de transferência de saberes.

Nestas condições o ambiente pode oferecer reais oportunidades económicas. De entre elas destacam-se²⁷:

- a valorização da agricultura nas suas formas não poluentes e, pelo contrário, favoráveis à sobrevivência de espécies selvagens - por exemplo, através das lagoas e bebedouros criados pelos sistemas de agricultura tradicionais - ou de raças autóctones, paisagens e tradições;
- valorização de produtos locais, como carne, charcutaria, queijos, legumes, frutos, compotas, mel, e outros, garantidos e naturais;
- aumento de rendimentos exteriores à agricultura, através do chamado “turismo verde”: agro-turismo, turismo rural, itinerários temáticos, turismo de natureza, descoberta do património, produtos artesanais, etc.;
- valorização de produtos energéticos locais e renováveis;
- criação e desenvolvimento de sistemas de recolha e tratamento de lixo e detritos domésticos e agrícolas, melhoria da qualidade - e às vezes quantidade - da água e dos sistemas de abastecimento, o que obriga muitas vezes a grandes investimentos prioritários;
- criação de novos serviços, ligados às infraestruturas de apoio aos projectos turísticos, à valorização do património²⁸, ao marketing e à comercialização, à pesquisa de novas tecnologias, ecomuseus, organização de festivais e festas, etc.;
- redução de custos com aproveitamento de desperdícios;
- renovação de aldeias e outras obras de infraestruturização com efeitos na construção civil e nos serviços arquitectónicos.

Como é fácil verificar, o aproveitamento das potencialidades turísticas será sempre uma componente importante das estratégias de desenvolvimento²⁹.

O turismo representa hoje uma fonte de recursos significativa em qualquer país ou região. Para as regiões rurais deprimidas ele pode constituir, de resto, uma fonte estratégica de desenvolvimento.

Pelo lado inverso, como veremos à frente, o turismo rural pode contribuir para a protecção do meio ambiente e para melhorar a qualidade de vida local e regional bem como para valorizar o património histórico/arquitectónico e os recursos naturais, culturais e humanos.

Naturalmente, podem também produzir-se efeitos de apropriação individualizada dos principais benefícios e rendimentos das dinâmicas de desenvolvimento, gerando-se desse modo novas clivagens sociais. A forma mais provável que tal apropriação poderá conhecer consiste na criação de “pólos de localização” das empresas mais poderosas no sector, que encontrem nas elites locais os seus pontos de apoio para “invadir” as zonas rurais, até ao momento relativamente protegidas, e aí satisfazer novos apetites de lucro, aproveitando as tendências para o crescimento de certos nichos do mercado turístico³⁰. A participação das pessoas, dos mais desfavorecidos em particular, e das comunidades locais no planeamento e execução dos projectos de desenvolvimento e de promoção turística é a melhor forma de garantir que o desenvolvimento do turismo rural nas zonas desfavorecidas não se realizará apenas em benefício dos mais poderosos.

Tal participação permite, aliás, atingir dois objectivos suplementares. De um lado, fazer das políticas de desenvolvimento e de ambiente uma ambição e uma actividade rotineira e voluntária das populações. De outro lado, a interiorização dos objectivos de desenvolvimento facilita o controlo de qualidade - e de genuinidade - ao mesmo tempo que estimula as identidades e os brios locais.

3. Mercados turísticos e estratégias de promoção

3.1. Principais tendências na indústria turística

Na Europa Ocidental o sector das actividades turísticas é dos que mais rapidamente tem crescido nas últimas décadas³¹. Na União Europeia as receitas com o turismo aumentaram mais de seis vezes entre 1970 e 1984, ano em que representavam cerca de 5% da balança de pagamentos comunitária. Enquanto se verificarem as tendências para o aumento da

duuração dos tempos livres e para o crescimento dos rendimentos médios das famílias, as actividades turísticas deverão continuar o ciclo de crescimento, tanto mais quanto aqueles factores continuarem a ver-se reforçados por alterações significativas no plano dos estilos de vida e dos valores, nomeadamente do valor atribuído às diversas formas de realização e satisfação pessoal³².

O peso do turismo no conjunto das economias é, de forma geral, mais importante nos países menos desenvolvidos e menos industrializados do sul europeu. As receitas do turismo em percentagem do PIB atingiam em 1984 os valores de 4,8% em Espanha, 5,0% em Portugal, 3,9% na Grécia ao passo que, por exemplo, na Alemanha fica em 0,9%, na Irlanda em 2,7%, na Dinamarca em 2,4% e em 2,5% na Itália. O contributo real do turismo para as economias é, porém, bastante maior se considerarmos os efeitos multiplicadores desta indústria. Com os serviços e produções que gera à sua volta, o peso passa de cerca de 4% (proporção directa) para cerca de 10% no conjunto da UE, contados os efeitos multiplicadores.

Verifica-se que sendo nos países do Sul que menos pessoas passam férias ou utilizam os tempos livres em actividades turísticas, são eles que mais beneficiam, no plano das trocas externas, de fluxos importantes de turistas originados nos países industrializados do Norte da Europa.

Investigações levadas a cabo na União Europeia em meados dos anos 80 revelam que cerca de 56% dos europeus gozaram férias fora de casa, durante quatro ou mais dias. Esse valor, atingindo 65% na Holanda, desce contudo para perto dos 30% em Portugal. As pessoas mais idosas, membros de famílias mais numerosas e que vivem em zonas rurais são as menos beneficiadas.

De todas as formas, as pessoas que ainda não passam férias actualmente na União Europeia e nos restantes países da Europa Ocidental, às quais se poderá juntar o público dos países europeus em desenvolvimento, constituem um potencial importante para a sustentação e alargamento dos negócios turísticos, tanto na vertente interna a cada zona ou país, como na vertente dos fluxos internacionais.

O benefício que os países do Sul europeu recebem em termos de saldo das receitas e despesas com o turismo deve-se, em parte, a factores estruturais, como o menor custo de vida na maioria desses países. Mas a principal razão pode estar no clima e no facto da praia ser, nos nossos tempos, o tipo de turismo mais procurado na Europa. Praias em climas amenos constituem, então, a grande atracção para os maiores pacotes de turismo de massas.

O segundo segmento do mercado turístico mais procurado é o turismo de montanha, particularmente nos Alpes. Ele beneficia, principalmente,

do crescimento do número de pessoas que dividem as suas férias em dois períodos, dedicando um deles à montanha. O turismo alpino é, tal como o das praias, turismo de massas.

A terceira grande componente da oferta turística europeia é o turismo rural. Cerca de 25% dos cidadãos europeus passam as suas férias ou outros períodos de lazer no campo. Cada vez mais, tendem a fazê-lo as pessoas de rendimentos elevados e relativamente exigentes quanto à qualidade dos serviços; pelo contrário, são menos as que procuram o campo por não possuírem rendimentos para suportar umas férias na praia.

À medida que subirem os rendimentos médios tenderão a formar-se três grandes grupos de turistas. Um menos exigente, que crescerá a partir da generalização progressiva do gozo de férias nos países, como Portugal, onde boa parte da população ainda não o faz. O segundo corresponderá à continuidade dos hábitos das camadas intermédias que continuarão a procurar as zonas turísticas mais tradicionais. O último deverá ser constituído por públicos afluentes e procurará fugir aos pacotes mais vulgares. Neste caso, as zonas rurais conseguem apanhar não apenas um sector de mercado como o descrito acima, mas também um pequeno segmento do público do chamado turismo cultural - geralmente mais presente nas cidades.

Por fim, poderá também crescer o grupo dos “não-turistas”, isto é, daqueles cuja fragilidade social os excluirá do gozo de férias.

As tendências actuais apontam para a estabilização dos fluxos turísticos para as praias e a montanha, devendo crescer o número de pessoas que passam a optar pelas cidades e pelo campo. O turismo rural parece constituir o ramo que mais deverá crescer e diversificar-se no futuro, absorvendo boa parte dos turistas mais exigentes, cultos, informados, indiferentes aos custos e selectivos nas suas escolhas.

3.2. Competitividade e potencialidades das regiões rurais “recuadas”

Os maiores níveis de exigência dos públicos turísticos que procuram as zonas rurais geram globalmente dois efeitos. Nalguns casos, tendem a produzir centros integrados de lazer e tempos livres em espaço rural, ameaçadores para o equilíbrio sócio-ambiental e para as identidades locais. Noutros casos, porém, assentam exactamente na exploração e requalificação das tradições e das identidades.

A oferta de turismo rural deste último tipo beneficiará da tendência para o crescimento global dos mercados turísticos internos e externos a cada país, e particularmente da transformação dos padrões de gosto e dos

interesses das categorias sócio-profissionais médias e superiores da população, dispostas a evitar os grandes pacotes do turismo de massas³³. Beneficiará ainda da crescente repartição das férias e do crescimento das deslocações de curta duração para ambientes não poluídos, não superlotados e onde se evite o ritmo de vida urbano.

Estes parâmetros formam o quadro global. Mas serão eles válidos para as regiões rurais mais desfavorecidas? Por outras palavras, podem as regiões e os grupos desfavorecidos beneficiar do crescimento das actividades turísticas? A resposta a esta questão parece ser amplamente positiva. De resto, o turismo oferece oportunidades dificilmente detectáveis noutros ramos de actividade³⁴.

Em primeiro lugar, porque é reconhecido por todas as autoridades nacionais e comunitárias que o sector do turismo, utilizador de mão de obra intensiva, é dos que mais empregos criam³⁵. A *World Tourism Organisation* estimava que o emprego no sector, em 1984, representava 15,5% do total dos postos de trabalho de toda a Europa. Além disso, como mostram os casos de Portugal ou Espanha, os projectos podem arrancar com base em pessoal pouco qualificado, sendo por outro lado relativamente fácil a necessária qualificação para garantir níveis elevados de qualidade que o público exige.

Em segundo lugar, se é verdade que se verifica uma forte tendência para a concentração dos negócios turísticos, nos alojamentos, nas agências de viagens, nos pacotes e produtos, no *marketing*, etc., é igualmente certo que a imensa maioria das empresas turísticas são de pequena dimensão³⁶. No caso do turismo rural, em que a qualidade do genuíno e a fuga aos pacotes de massa são critérios importantes, o pequeno investimento local - ou melhor, a rede de pequenos investimentos locais³⁷ - é muitas vezes a opção mais eficiente, tanto mais quanto assenta basicamente em recursos locais, que muitas vezes desenvolve e promove.

As regiões rurais "recuadas" podem pois beneficiar directamente da propensão para o crescimento do chamado "turismo verde", do número de "turistas de consumo exigente" e, ainda, das exigências de limitação de estruturas de grandes dimensões.

Em terceiro lugar, o turismo rural é facilmente integrável nos tecidos económicos das regiões onde se desenvolve, nos quais estabelece com relativa facilidade fortes complementaridades. Muitas vezes o turismo rural reanima actividades - como a agricultura, a pecuária ou a conservação do património - que sem ele seriam abandonadas, contribuindo para muito significativos aumentos dos rendimentos das famílias³⁸.

Naturalmente a aposta numa estratégia de desenvolvimento que dê relevo ao turismo rural padece de uma debilidade que caracteriza, de

resto, todo o sector: a dependência de factores externos, que vão das modas quanto aos destinos e gostos, até às flutuações nos rendimentos das pessoas. De qualquer forma, sendo verdade que a diversificação das actividades económicas e a sua ancoragem em recursos e potencialidades localmente controlados e sustentados são aspectos importantes no desenvolvimento, não é menos verdade que enquanto a aposta no turismo parece ter possibilidades de algum sucesso, muitas vezes os outros sectores não se prefiguram como viáveis para a sobrevivência e o desenvolvimento do mundo rural.

3.3. Orientações e opções estratégicas

O turismo rural não é uma panaceia para todos os males. Porém, ao nível da economia local, os impactes dos projectos de turismo rural são eventualmente decisivos. Em muitos casos eles são mesmo a única alternativa viável para desencadear processos de desenvolvimento. Tais processos carecem, quase sempre, de sistemas de apoio público (incluindo a formação de empresários e mão-de-obra) e o estabelecimento de redes de cooperação entre entidades públicas e privadas.

Mas carecem principalmente do equilíbrio ambiental e do valor identitário e patrimonial que constituem a principal vantagem comparativa destas regiões.

O turismo rural é uma alternativa para as regiões rurais desfavorecidas apenas se permitir a preservação e melhoria das suas vantagens comparativas, nomeadamente, a principal delas, a qualidade ambiental e a tradição sócio-cultural. O tema da relação entre turismo, desenvolvimento e ambiente é, pois, central. Particularmente, ele permite recolocar e repensar as funções do espaço rural e traz a terreiro assuntos tão diversos como o da protecção de cenários e paisagens, a reserva de terras para fins lúdicos, a conservação de equilíbrios ecológicos e a defesa do património genético e das espécies selvagens, o combate à desertificação, a revitalização da produção agrícola de pequena escala e grande tipicidade e qualidade e, ainda, da preservação e renovação da herança cultural.

O sucesso de projectos de desenvolvimento rural que tomem o turismo como eixo estratégico passa por um conjunto de requisitos, de que se destacam, no plano interno a cada região, em primeiro lugar a criação de uma “massa crítica” mínima no plano ecológico, económico e da visibilidade (no plano local/regional e nacional/comunitário) e a integração dos projectos individuais em projectos mais amplos, de forma a ganhar a dimensão suficiente para interessar os bancos e os investidores, com vista

a garantir as ajudas financeiras directas e indirectas aos processos de desenvolvimento, principalmente na fase de arranque e consolidação.

Em segundo lugar, torna-se necessária a animação da criação de empresas e reconversão de explorações agrícolas, no sentido de (i) integrarem actividades turísticas; (ii) melhorarem os produtos; (iii) introduzirem a inovação na produção artesanal de qualidade; e (iv) na promoção dos produtos. A inovação permite evitar a imitação dos centros de turismo já existentes e aproveitar ao máximo os recursos locais, valorizando-os e estimulando o investimento.

Em terceiro lugar, o sucesso do turismo rural como componente estratégico do desenvolvimento passa pela constituição de equipas pluridisciplinares para fornecimento de apoio técnico e cognitivo, para promoção da inovação nos produtos, na comercialização e na promoção/*marketing*. Passa ainda por resistir à tentação do amadorismo. É preciso, pois, profissionalismo mesmo nos pequenos projectos. Um caminho que em muitos casos tem sido seguido é o de promover, por exemplo, a formação de jovens, a troca de experiências e intercâmbios em formação³⁹, a formação de guias e animadores turísticos.

Igualmente tentada, com resultados positivos, tem sido a criação de novos protagonismos, nomeadamente através da promoção do associativismo. Aliás, esses novos protagonismos podem ser decisivos no sentido de controlar de forma eficiente as facetas potencialmente desfavoráveis do turismo rural, em termos do seu impacte sobre a paisagem, o património histórico e cultural, os usos e costumes, o aumento do custo de vida, os desequilíbrios sociais e os choques culturais.

As condições de sucesso do desenvolvimento rural passam, por outro lado, pela envolvente externa. Desde logo, num contexto de crescente concentração das empresas que oferecem produtos turísticos, bem como das que fazem o respectivo marketing, só poderão sobreviver os projectos e os empreendimentos que forem capazes de se relacionar no contexto das redes que controlam os mercados turísticos, ou de criar o seu próprio espaço nesse campo.

Neste plano, as redes de projectos locais e sistemas de parceria bem montados, capazes de apoiar estratégias de afirmação do turismo rural não controlado pelas companhias mais importantes nos mercados nacionais e transnacionais e, simultaneamente, capazes de gerar a massa crítica (em termos de diversidade da oferta de atracções e experiências com padrões de qualidade elevados), podem ser de importância estratégica.

Tais redes podem, ainda, construir os suportes que permitam a afirmação das colectividades locais como parceiros na definição das políticas de promoção do turismo e do ambiente. Nesse caso, o turismo rural

integra-se em processos mais vastos de desenvolvimento, articulando ambiente, agricultura, artesanato, hotelaria, recuperação do património, descoberta do passado, entre outras actividades.

Aliás, a participação na definição de políticas será tanto mais facilitada quanto as comunidades locais souberem agregar-se para a defesa de interesses comuns⁴⁰.

A respeito das estratégias de actuação na envolvente externa dos espaços rurais em desenvolvimento vale a pena referir, ainda, dois outros aspectos, um ligado às questões económicas e o outro às valorativas.

A desconcentração do investimento que deve presidir às orientações de promoção do desenvolvimento local, no caso do turismo rural articula-se com a necessidade de concentrar meios nas actividades de *marketing* e comercialização. Essa comercialização, por seu turno, deve saber aproveitar certas tendências, como a que se verifica para o crescimento do “turismo social” e do turismo cultural.

No plano valorativo, é decisivo persuadir os poderes públicos e os agentes privados de que a gestão do ambiente tem um valor que não pode continuar a ser esquecido e menosprezado nas contabilidades públicas e das empresas, e de que a desprotecção do ambiente tem custos avultados e actualmente pouco pensados. A interiorização e assumpção deste valor tem como consequências a promoção dos agricultores como “conservadores da natureza” e a redefinição do papel da agricultura, já que a economia rural, principalmente nas zonas recuadas, não pode depender apenas, como no passado, da actividade agrícola, embora também não a possa dispensar. Ela tem valor patrimonial, ambiental, social e, com o turismo, também económico.

Na verdade, o interesse específico e a vantagem comparativa deste tipo de turismo assenta no valor do acolhimento prestado por uma família ou uma comunidade em ambiente repousante e com características genuínas de tradição económica, social e cultural. Integram a oferta não apenas serviços tradicionais, mas também a cultura, o ambiente, a natureza e modos de vida camponeses que são mais “partilhados” do que vendidos.

Esta é a base em que assenta, depois, um conjunto muito variado de produtos mais ou menos padronizados e claramente distintivos do tipo de turismo que se oferece, e que pode incluir percursos pedestres, passeios a cavalo e ciclismo, itinerários temáticos, campismo e caravanismo, desportos diversos, descoberta de património cultural e arquitectónico, visitas e desfrutes de parques naturais e eco-museus, paisagens, artesanato, gastronomia, experiência de formas de agricultura ainda em uso, alojamento em *holliday villages*, *farm-stays* e *bed & breakfast*, e alguns outros, recobertos por de-

signações como turismo rural, turismo verde, agro-turismo, turismo de habitação, turismo leve, turismo alternativo, entre outras.

Não se pense, contudo, que este turismo resolve todos os problemas, que traz de volta as antigas densidades demográficas, que põe fim a todas as restrições e carências, que cria paraísos terrestres. Mas, certamente representa uma alternativa viável para algumas pessoas e cumpre a sua parte na criação de melhores condições de vida para aqueles que, no futuro, se fixarão nas regiões rurais e, assim, permitirão que elas desempenhem um papel importante em sociedades que se desejam mais equilibradas.

Notas

- 1 Este artigo baseia-se na primeira parte de um relatório elaborado no quadro do projecto europeu *Enterprise Rural Area Tourism* (ERAT - Programa CEDRE), de que o autor foi avaliador. A ERAT é constituída por uma rede de projectos localizados em Itália, Dinamarca, Irlanda e Portugal (Almeida).
- 2 São vários os autores que abordam este problema. Um resumo pode ser encontrado em Anthony Giddens, 1982.
- 3 Cf. Steven Yearley, 1992 e Jorge Vieira da Silva, 1985.
- 4 Cf. A. J. Fielding, 1994.
- 5 Cf. N. Hansen, 1981.
- 6 Cf. Peter Dicken, 1994.
- 7 Cf. João Ferrão, 1992.
- 8 Cf. Henri Nallet, 1983.
- 9 Como pretende uma certa visão do desenvolvimento local que chamaremos de “mais ingénua”. Cf. entre muitos outros, Rogério Roque Amaro, 1990, António José Cardoso, 1989, José Manuel Henriques, 1990 e 1991, e José Reis, 1988.
- 10 Cf. Brian J. Woodruffe, 1994.
- 11 Cf. OCDE, 1993.
- 12 Um exemplo do conjunto de problemas que aqui se refere pode ser encontrado em João F. Almeida, João F. Amaral, Alexandre Borrego, Luís Capucha e João Ferrão, 1994.
- 13 Cf. João Ferreira de Almeida, 1986.
- 14 Nos casos em que é praticada segundo o modelo de auto-consumo camponês ou do campesinato parcial.
- 15 Cf. Brian J. Woodruffe, 1994.
- 16 Pode mesmo dizer-se, neste sentido, que o actual desenvolvimento de umas regiões se fez à custa do subdesenvolvimento de outras.
- 17 Principalmente no que respeita à emergência do desemprego de longa duração.
- 18 Cf. João Ferrão, 1992.
- 19 Cf. João F. Almeida, João F. Amaral, Alexandre Borrego, Luís Capucha e João Ferrão, 1994.
- 20 A respeito do conjunto de medidas necessárias, ver Richard Hummelbrunner, 1993.
- 21 Mesmo no âmbito do desenvolvimento de iniciativas económicas diversas, como sejam as de turismo rural - com papel decisivo dos equilíbrios ecológicos - ou da indústria agropecuária, a agricultura continuará a ser a base dos sistemas económicos das regiões rurais.
- 22 Muitas vezes só se conseguem maiores operacionalidades quando se passa do parceria institucional para sistemas que impliquem o surgimento de organizações representativas

- das populações, de que podem ser exemplo as associações locais (Cf. João F. Almeida, João F. Amaral, Alexandre Borrego, Luís Capucha e João Ferrão, 1994).
- 23 Cf. AA.VV, 1993.
 - 24 Cf. Steven Yearley, 1992.
 - 25 Cf. Richard Hummelbrunner, 1993.
 - 26 Cf. Richard Hummelbrunner, 1994.
 - 27 Para além de Richard Hummelbrunner, ver Jorge Vieira da Silva, 1985, e Javier Calatrava Requena e Pedro Ruiz Aviléz, 1993.
 - 28 Um exemplo de relação entre turismo, desenvolvimento, cultura e património numa região rural pode encontrar-se em Bernard Kayser, 1994.
 - 29 Mas não uma panaceia (cf. *Leader Magazine*, nº 1).
 - 30 Tal estratégia é tão plausível como outra, de efeitos igualmente perversos mas mais conhecida, consistente na desvalorização das regiões rurais “recuadas” no plano do *marketing* e da promoção turística.
 - 31 Cf. Gareth Shaw e Allan M. Williams, 1994, que fornecem as principais informações tidas em conta nesta parte do artigo.
 - 32 Cf. Stanley Parker, 1978 e Nicole Samuel, 1992.
 - 33 Cf. Andreas Bodenstedt, 1992.
 - 34 Cf. Carlos Verã Guardia, 1992.
 - 35 Embora também se reconheça que boa parte desse emprego tem carácter sazonal, o que é largamente compensado pelo facto dos projectos de turismo rural serem facilmente integráveis em sistemas de pluri-actividade.
 - 36 Em França, por exemplo, mais de 80% das empresas de serviços turísticos empregam menos de 10 pessoas cada.
 - 37 No duplo sentido de que o turismo rural tem de assentar em cooperações inter-regionais e, principalmente, só pode resultar em cada região com base numa rede de iniciativas que garanta uma massa crítica de oferta mínima.
 - 38 Calcula-se que na Inglaterra, por exemplo, a prestação de serviços turísticos aumentava os rendimentos das explorações entre 13% e 19%. Na Finlândia o turismo aumentou entre 5% e 15% os rendimentos das explorações agrícolas e na Áustria o mesmo valor ronda os 4%.
 - 39 Promovendo estágios prolongados de formação em diversas regiões e países, de forma a desenvolver critérios de qualidade exigentes. Esse era, precisamente, um dos objectivos da ERAT.
 - 40 Isso é, porém, muito pouco frequente. Na verdade, se as pessoas ligadas às estratégias de desenvolvimento de projectos de desenvolvimento turístico em meio rural fossem capazes de se encontrar todas, ficariam certamente muito surpreendidas com o seu número. Só um fechamento muito grande, muitas vezes relacionado com uma concepção estreita da ideia de desenvolvimento local, tem impedido que tais encontros se verifiquem.

Bibliografia

- AA.VV. (1993), *Exclusão Social e Turismo Rural*, Comissão de Coordenação da Região Centro e Delegação Regional da Cultura do Centro.
- ALMEIDA, João Ferreira (1986), *Classes Sociais Nos Campos - Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, ICS.
- ALMEIDA, J. F., AMARAL, J. F., BORREGO, A., CAPUCHA, L. e FERRÃO, J. (1994), *Regiões Rurais Periféricas: Que Desenvolvimento? - uma Experiência no Concelho de Almeida*, Vilar Formoso, CAIS/CIES.
- AMARO, Rogério Roque (1990), *Caminhos do Desenvolvimento Para a Beira Interior*, Terceiras Jornadas da Beira Interior (policopiado).

- BODENSTEDT, A. Andreas (1992), "Has agritourism a chance against mass tourism?", in *New Routes for Leisure - Actas do Congresso Mundial do Lazer*, Lisboa, ICS, pp. 171-179.
- CARDOSO, António José (1989), "Os municípios e a localização industrial", in *Seminário Internacional — Industrialização em Meios Rurais e Competitividade Internacional*, Comissão de Coordenação da Região Centro/OCDE.
- DICKEN, Peter (1994), "Indústria europeia e concorrência global" in David Pinder (org.), *Europa Ocidental - Desafios e Mudanças*, Oeiras, Celta.
- FERRÃO, João (1992), *Serviços e Inovação - Novos Caminhos Para o Desenvolvimento Regional*, Oeiras, Celta.
- FIELDING, A. J. (1994), "Contra-urbanização: ameaça ou benção?", in David Pinder (org.), *Europa Ocidental - Desafios e Mudanças*, Oeiras, Celta.
- GIDDENS, Anthony (1982), *Sociology: a Brief But Critical Introduction*, Londres, The Macmillan Press.
- GUARDIA, Carlos Vera (1992), "Leisure and socio-economic development", in *New Routes for Leisure - Actas do Congresso Mundial do Lazer*, Lisboa, ICS, pp. 443-455.
- HANSEN, N. (1981), "Development from above: the centre downdevelopment paradigm", in Stor e Taylor (1981), *Development From Above or Below?*, Chichester, John Wiley.
- HENRIQUES, José Manuel (1990), *Municípios e Desenvolvimento*, Lisboa, Escher.
- HENRIQUES, José Manuel (1991), "Theories and politics of local development", in N. Konsolas (ed.) *Local Development*, Regional Science Studies Southern Europe.
- HUMMELBRUNNER, Richard (1993), "Promoção turística e potencialidades das regiões periféricas: o caso austríaco", in *Exclusão Social e Turismo Rural*, Comissão de Coordenação da Região Centro e Delegação Regional da Cultura do Centro.
- HUMMELBRUNNER, Richard (1994), "Ambiente e desenvolvimento local - a caminho de um desenvolvimento duradouro nas zonas rurais desfavorecidas", *Leader Magazine*, nº 6.
- KAYSÈR, Bernard (1994), "A cultura - uma alavanca para o desenvolvimento local", *Leader Magazine*, nº 8.
- LEADER MAGAZINE nº 1 (1992), "Turismo Rural - Um Meio e Não Uma Panaceia".
- NALET, Henri (1983), *A Intensificação da Produção Agrícola - Interpretações e Perspectivas de Investigação*, Lisboa, Ulmeiro.
- OCDE, *Quel Avenir Pour les Campagnes? Une Politique de Développement Rural*, 1993.
- PARKER, Stanley (1978), *A Sociologia do Lazer*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- REIS, José (1988), "Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 25/26.
- REQUENA, Javier Calatrava e AVILÉS, Pedro Ruiz (1993), "O turismo - uma oportunidade para as zonas rurais desfavorecidas" e "O Agroturismo, uma forma de turismo rural a considerar", *Leader Magazine*, nº 3.
- SAMUEL, Nicole (1992), "The future of leisure", in *New Routes for Leisure - Actas do Congresso Mundial do Lazer*, Lisboa, ICS, pp. 45-57.
- SHAW, Gareth e WILLIAMS, Allen M (1994), "Turismo e desenvolvimento", in David Pinder (org.), *Europa Ocidental - Desafios e Mudanças*, Oeiras, Celta.
- SILVA, Jorge Vieira da (1985), *A Ecologia e o Desenvolvimento Agrícola*, Lisboa, Editorial Escol Lda.
- WOODRUFFE, Brian J. (1994), "Conservação e paisagem rural", in David Pinder (org.), *Europa Ocidental - Desafios e Mudanças*, Oeiras, Celta.
- YEARLEY, Steven (1992), *A Causa Verde*, Oeiras, Celta Editora.